

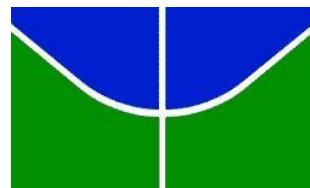
Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política

## **O Romance Político: um estudo acerca da Era Vargas através da leitura de Vidas Secas**

Pedro Lucas Cavalcante Lima

Brasília – DF

Fevereiro/2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

## **O Romance Político: um estudo acerca da Era Vargas através da leitura de Vidas Secas**

Pedro Lucas Cavalcante Lima

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Dr. Vladimir Ferrari Puzone.

Brasília – DF

## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. O TEXTO LITERÁRIO COMO OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>7</b>
2.1. O Romance e a Política	10
2.2. A Era Vargas e a literatura	11
<b>3. O ATOR EM MEIO A COMÉDIA</b>	<b>14</b>
3.1. O último romance	17
3.2. Objetivo e metodologia	18
<b>4. VIDAS SECAS: O ROMANCE QUE DÁ VOZ AOS OPRIMIDOS</b>	<b>20</b>
4.1. A dicotomia urbano-rural: tensões e desigualdades no campo	23
4.2. Reaproximação entre religião e Estado: a influência da Igreja Católica durante a Era Vargas	28
4.3. Violência e Política: o poder autoritário do Estado Getulista	32
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b>	<b>40</b>

## **Resumo**

Este trabalho tem como diretriz oferecer um novo olhar à literatura ficcional, isto é, como possibilidade de objeto de estudo a contribuir para o campo da ciência política. Nesse sentido, valendo-se do conceito de romance político, será feito uma análise literária do romance *Vidas Secas*, publicado por Graciliano Ramos no ano de 1938, levando-se em conta o contexto de produção da obra. O objetivo da análise é o de levantar e apreender um conjunto de questões representadas no livro acerca do contexto político pertinente à época: a chamada Era Vargas. A partir desse levantamento, será feito um estudo sobre cada questão com base em material histórico e político produzido a respeito daquele período. Por fim, espera-se que o presente trabalho ofereça uma nova forma tanto de se abordar a época em questão, como também a possibilidade de relacionamento da ciência política com a literatura.

**Palavras-chave:** Romance Político; Era Vargas; *Vidas Secas*.

## **1. Introdução**

É fato que, na longa história do Brasil, o país passou por inúmeras transformações, seja “[...] no plano socioeconômico ou no plano político e, às vezes, em ambos” (Fausto, 2006, p. 9-10). Algumas dessas transformações se deram em períodos que tiveram especial destaque, justamente pelo impacto e relevância que essas mudanças tiveram, e que ainda são estudadas pelo fato de se perceberem os seus efeitos atualmente. Um desses períodos que se pode destacar na história brasileira está registrado no século passado, batizado de Era Vargas.

De forma resumida, quando se refere a Era Vargas, trata-se de um recorte de uma época na qual o Brasil foi comandado pelo político Getúlio Vargas, ascendendo ao poder em 1930 e nele permanecendo até 1945 – há ainda sua volta ao poder na década de 50, que não será abordado neste trabalho. Ao longo daquele período, ocorreram inúmeras transformações em setores como a política trabalhista, economia, organização política entre outros (Fausto, 2006). O presente trabalho visa oferecer uma análise sobre esse período tão importante à história brasileira. Contudo, antes de apresentar alguma proposta de análise, é necessário considerar alguns desafios levantados para realizar a tarefa.

Em primeiro lugar, trata-se de um período relativamente longo, com cerca de quinze anos na história do Brasil, isso sem considerar o contexto e acontecimentos anteriores à época que estão conectados de alguma forma com a ascensão e consolidação do governo getulista. Em segundo lugar, há o desafio de considerar a complexidade dos acontecimentos ocorridos durante a época, principalmente quando se fala nas ditas transformações nos diferentes planos da sociedade. Não obstante, essas transformações não ocorreram isoladamente em cada plano, mas sim tendo impactado de forma ampla e interligada os diferentes setores da realidade brasileira.

Feitas essas considerações, torna-se claro que, para se analisar a Era Vargas, há a necessidade de se fazer algumas delimitações, como por exemplo definir a extensão do estudo, selecionar temáticas, escolher qual o método a ser utilizado etc. Assim, entra em cena a seguinte pergunta: por onde começar?

Pensando na resposta, o que se propõe aqui é uma alternativa de estudo ao período em questão. Este trabalho tem como diretriz oferecer um novo olhar à literatura ficcional e ao romance, isto é, como possibilidade de objeto de estudo a contribuir para o campo da ciência política. Nesse sentido, valendo-se do conceito de romance político, será feito uma análise literária do romance *Vidas Secas*, publicado por Graciliano Ramos no ano de 1938, levando-se em conta o contexto de produção da obra.

O objetivo da análise é o de levantar e apreender um conjunto de questões representadas no livro acerca do contexto político pertinente à época: a chamada Era Vargas. A partir desse levantamento, será feito um estudo sobre cada questão com base em material histórico e político produzido a respeito daquele período.

Assim, para melhor satisfazer o objetivo, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira foi dedicada a discorrer sobre as características da literatura enquanto forma de conhecimento, a diferença entre não-ficção e ficção, sua ligação com a política, bem como suas conexões com as transformações ocorridas nos anos 30. Já na segunda parte foi dada atenção ao autor de *Vidas Secas*, expondo os traços de sua vida e características de escrita, levando ao motivo de da seleção de sua obra como objeto de estudo. A terceira seção versa sobre o romance em si, tratando de sua análise literária. Assim, será realizado um levantamento de elementos do universo ficcional da obra referentes as relações de trabalho, religião e violência que estão conectados com o contexto político vigente na época de sua escrita e publicação. Não obstante, a partir desse levantamento, será feito um estudo sobre cada elemento com base em material histórico e político produzido a respeito daquele período. Por fim, para além da formulação de um quadro sobre o período, espera-se que o presente trabalho ofereça uma nova forma tanto de se abordar a época em questão, como também a possibilidade de relacionamento da ciência política com a literatura.

## **2. O texto literário como objeto de estudo**

Utilizar o texto literário como objeto de estudo para entender uma época tão complexa como o primeiro período da Era Vargas parece ser, em um

primeiro olhar, uma tarefa estranha à ciência política, pelo fato de a literatura não ser um objeto de estudo convencional desse campo. Contudo, ao destrinchar melhor as características do texto literário, bem como suas possibilidades de análise, pode-se começar a ter clareza sobre o desafio.

Em primeiro lugar, quando se fala em texto literário, refere-se a uma específica categoria de criação artística presente nas Artes, sendo tratada, tal como a Ciência e a Religião, como uma forma ou tipo de conhecimento (Moisés, 1967). Dito de outro modo, a arte literária constitui-se da apreensão da realidade por meio de determinado sujeito a fim de produzir, através de símbolos escritos, um tipo específico de representação.

Esse tipo de representação diferencia-se das demais formas de conhecimento, isso porque, ao se deparar com um texto literário, deve-se ter em mente que o processo de representação não se baseia em elaborar uma cópia ou transcrição da realidade no texto, mas sim em uma seleção de aspectos da realidade, que depois são traduzidos e rearranjados em certo tipo de linguagem, caracterizando, assim, uma forma específica de conhecimento (Andrade, 2000).

Vale destacar que essa seleção e rearranjo acaba por promover uma construção textual singular, isto é, uma realidade singular dentro do texto cuja representação do real se confeccionou com base no local de origem do texto, sua época e a singularidade do sujeito autor que o construiu (Malcher, 2019; Said, 2007), o que dá a obra literária o seu aspecto subjetivo.

Nessa lógica, dentro do conceito de literatura, surgem duas subcategorias que buscam delimitar melhor as características desse campo: a literatura não-ficcional e a literatura ficcional.

A respeito da literatura não-ficcional, trata-se de um gênero literário específico que ganhou força a partir do século XX, que se orienta na direção de, para além de representar, promover uma apresentação do real (Serelle, 2022). A não ficção combina o jornalismo com técnicas narrativas, construindo histórias sobre acontecimentos reais, permitindo que os acontecimentos narrados e as personagens envolvidas tenham vida para além do universo da obra (Serelle,

2022), sendo uma espécie de relato de acontecimentos pelo olhar do autor. Com isso, o leitor tem a possibilidade de estudar, ainda que sob a perspectiva pessoal do escritor, esses fatos em diálogo direto com realidade. Por fim, a não ficção engloba obras como biografias, ensaios, crônicas, entre outros tipos de texto que tenham ligação direta com fatos.

Já no caso da literatura ficcional, a essência que distingue a sua produção das demais formas de conhecimento é a ficção, isto é, a criação escrita de um “[...] universo interior onde estão armazenados e transfigurados os produtos da percepção sensível e emotiva da realidade ambiente” (Moísés, 1967, p. 22). Trata-se da representação de um novo mundo, paralelo ao real, autônomo, cujo sujeito-autor alimenta sua criação através de uma linguagem polivalente, dotada de vários significados e valores, capaz de expressar a própria experiência subjetiva da realidade ambiente (Moísés, 1967). Os grandes exemplos de literatura ficcional são o conto e o romance.

Com base nessas premissas, está posta a ideia do texto literário como objeto que pode ser estudado, tanto por se tratar de uma forma de produção de conhecimento, como também por ser um texto que, em maior ou menor grau, possui em si elementos da realidade representados que podem ser analisados, interpretados, e, por fim, utilizados na compreensão dessa mesma realidade a partir de diferentes critérios de análise e interpretação.

Vale destacar que, ciente das várias possibilidades de textos a serem explorados, o trabalho seguirá pelo caminho da literatura ficcional, dado seu objetivo principal. Não obstante, dentro desse escopo, será abordado exclusivamente o romance, deixando de lado outras formas de produção como o conto e o poema, dado que pela estrutura singular de cada forma, seria necessário um tratamento e análise específico para cada um, além da seleção de obras pertencentes a cada forma, o que poderia estender o trabalho a ponto de se desviar de seu objetivo principal. Portanto, a restrição da análise ao romance veio como forma de preservar sua objetividade, não excluindo com isso as possibilidades de análises em outros campos e gêneros presentes na literatura.

Feito os esclarecimentos sobre o estatuto da literatura como forma de conhecimento, a questão que fica é: de que forma a ciência política pode estudar o texto literário, mais especificamente o romance, a fim de melhor compreender a realidade política?

## 2.1. O Romance e a Política

Antes de abordar as possíveis relações entre romance e ciência política, é importante destacar dois pontos fundamentais sobre o texto literário que permitem explorar essas possibilidades de relações. Em primeiro lugar, como já foi destacado anteriormente, a arte literária constitui-se da apreensão da realidade, da representação, *mimese*, para utilizar um termo clássico (Malcher, 2019; Said, 2007). Essa representação é singular no texto literário na medida em que ela está em profunda conexão com a história, isto é, com o local de origem da obra, sua época de criação e a singularidade do autor que a produziu (Malcher, 2019; Said, 2007). Esse entendimento permite que o leitor tenha a possibilidade de olhar a obra como possibilidade de conhecer novos contextos culturais, históricos e inclusive políticos por meio do esforço de compreender a obra “[...] como se fôssemos o autor desse texto, vivendo a realidade do autor, passando pelo tipo de experiências intrínsecas à vida do autor” (Said, 2007, p. 117).

Outro ponto é o entendimento da literatura enquanto meio que permite “[...] dar a possibilidade de ver o mundo por vários ângulos” (Almeida; Souza, 2013, p. 13). Esse entendimento é tão fundamental que C. S. Lewis (2020) chegou a afirmar que “cada um de nós, por natureza, vê todo o mundo a partir de um ponto de vista com uma perspectiva e uma seletividade peculiar a si mesmo” (p. 16), e que, a partir dessa compreensão, “a literatura enquanto *logos* é uma série de janelas, ou mesmo portas” (p. 16). Isso se deve tanto pela representação singular presente no texto literário, como também pela própria natureza polivalente da linguagem empregada, carregada de vários significados, que permite extrair diferentes interpretações e pontos de vista de uma obra, a depender das categorias de análise utilizadas e questões levantadas, sendo capaz de sempre observar algo novo de uma mesma produção literária (Almeida; Souza, 2013). Assim, o leitor pode tanto empregar uma leitura aprofundada

buscando compreender a realidade em que o autor se baseou e construiu sua obra, como orientar essa leitura, sob diferentes posições analíticas, em busca de questões e elementos específicos, sem reduzir a obra como um todo a um único aspecto analisado.

Levando em conta esses pontos, é possível promover uma investigação através do texto literário em busca dos aspectos da representação singular que dizem respeito à política. Dito de outro modo, ao ler um texto literário, mais especificamente um romance, é possível indagar, dentro das várias possibilidades de leituras e aproximação com a representação criada pelo autor, sobre o contexto político e seus elementos impressos, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, dentro da obra.

Nessa linha de raciocínio, Irving Howe (1998), crítico literário norte-americano, ao analisar uma obra literária, em especial o romance, levantou e deu foco aos aspectos políticos, dentro e fora do texto, isto é, buscou adotar uma posição analítica de encontrar ideias ou elementos representados que dizem respeito à política, categorizando as obras que foram possíveis de adotar essa posição analítica como romances políticos:

Por romance político entendo [...] um romance no qual assumimos serem dominantes as ideias ou o *milieu* político, um romance que permita essa pressuposição sem que com isso sofra qualquer distorção radical e que, em decorrência, propicie a possibilidade de algum lucro analítico (HOWE, 1998, p. 5).

Trata-se de investigar na obra, seja em seu conteúdo propriamente dito, seja em seu contexto de produção, a existência e concatenação de elementos que dizem respeito à política e tudo aquilo que a engloba. Contudo, como bem pontua Howe, essa posição analítica não resume o romance ao seu conteúdo ou contexto político, mas sim trazendo a possibilidade de uma diferente forma de se analisar e interpretar um romance, permitindo ao leitor acessar diferentes pensamentos, contexto, vivência, enfim, um olhar diferente através da ficção que toma como central as questões políticas envolta do romance.

## **2.2. A Era Vargas e a literatura**

Foi descrito a característica da literatura como fonte de conhecimento, como objeto que busca representar o mundo em uma linguagem própria, que pode ser analisada, e as possibilidades dessa análise para o entendimento dos fenômenos políticos. Agora, a próxima pergunta a ser feita é: quais são as conexões entre a literatura e o contexto político envolto no primeiro período da Era Vargas?

Em primeiro lugar, o início do que ficou conhecido como Era Vargas ocorreu em 1930, mais especificamente em 03 de outubro, data que marca a ruptura do governo de Washington Luís através de um movimento armado, tendo como figura principal Getúlio Vargas (Fausto, 2006). Esse movimento marcou o fim de um período histórico denominado “República Velha”, o qual tinha como grande característica, no âmbito político, uma alternância do poder federal por parte de governantes de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como “política do café com leite”.

Dentre os vários fatores que levaram a essa ruptura política, destaca-se a quebra da tradição de alternância política por parte de Washington Luís, indicando outro paulista, Júlio Prestes, para ser seu sucessor na presidência, gerando insatisfação por parte da elite política mineira, que se alinhou aos gaúchos para lançar um candidato de oposição à Prestes: Getúlio Vargas. Além disso, soma-se a essa tensão política o fator econômico, a crise de 1929, a qual provocou uma redução drástica da demanda internacional pelo café, desestabilizando significativamente um dos pilares da economia brasileira. Havia, também, diferentes grupos de pressão insatisfeitos com a conjuntura política da época, com destaque aos movimentos tenentista e de trabalhadores urbanos, que acabaram se aliando ao movimento de ruptura de 1930 (Fausto, 2006).

A partir do êxito da ruptura, há a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e nele permanecendo sucessivamente, inicialmente de maneira provisória (1930 a 1934), depois eleito indiretamente por uma Assembleia Nacional Constituinte (1934 a 1937), e, por fim, de maneira ditatorial, até ser deposto em 1945. Ao

longo desse período, ocorreram inúmeras transformações em setores como a economia, política institucional, religião entre outros (Fausto, 2006). Houve um processo de crescente urbanização, em decorrência de uma política nacional desenvolvimentista que visava um modelo de substituição de importações, aumentando a industrialização do país e, consequentemente, a concentração populacional nos centros urbanos (Fausto, 2006), ao passo que o mundo rural cada vez mais enfrentava resistências a essas mudanças, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas. A igreja católica, que outrora perdera sua ligação institucional com a república brasileira através da laicização do estado, se aproximava cada vez mais do governo, em uma relação de troca onde seu apoio e mobilização civil significava maior espaço em políticas públicas. E no âmbito da gestão, cada vez mais centralizadora, o Poder Executivo seguia em uma ascensão rumo ao autoritarismo, com medidas de Estado de Sítio e Política de Segurança Nacional, alcançando seu ápice no chamado *Estado Novo*.

Acerca do que já foi exposto, no campo da produção literária ficcional, há a especificidade da ficção, do processo de criação de uma realidade paralela em diálogo com o universo ambiente, sendo construída a partir das percepções e experiências subjetivas do autor consolidadas por este mesmo universo ambiente (Moíses, 1967). Desse modo, o sujeito-autor e o contexto ao qual está inserido são partes fundamentais do processo de criação, dando identidade à obra literária. Assim, a conexão entre a era Vargas e a literatura reside no impacto que esse contexto teve nos indivíduos inseridos na esfera cultural da sociedade brasileira. Dito de outro modo, “os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura” (Candido, 1980, p. 27-28), causando uma espécie de ativismo político dentro das produções artísticas, provocado pelas várias mudanças no contexto vigente, e “mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período” (Candido, 1980, p. 28).

Nessa lógica, conforme o projeto político da era Vargas ia se desenvolvendo, perpassado por um fortalecimento do poder federal e do Estado como um todo e alinhado a uma orientação nacionalista de governo (Fausto,

2006; Mendonça et al., 2011), a literatura seguiu em caminho análogo, expandindo-se para além das fronteiras de produção locais, isto é, houve uma “[...] extensão das literatura regionais, e sua transformação em modalidades expressivas cujo âmbito e significado se tornaram nacionais, como se fossem coextensivos à própria literatura brasileira” (Candido, 1980, p. 30). Não por acaso, anos antes ocorreria uma espécie de ruptura nas tradições literárias, com o advento da Semana da Arte Moderna (1922), que simbolizou uma virada do olhar da literatura brasileira para dentro, para sua própria realidade, dando origem ao modernismo e a mudanças não somente no conteúdo, mas também na forma, dando espaço para os autores cada vez mais desenvolverem e propagarem uma arte voltada para própria realidade nacional, em contraste com uma literatura que era muitas vezes caracterizada como acadêmica e produzida para o estrangeiro (Candido, 1980). Vários foram autores do período, de diferentes regiões do país. Seja no sul gaúcho com Érico Veríssimo, até no nordeste baiano com Jorge Amado. E ainda que a ficção inserida nas obras destes autores carregue elementos das regiões de onde vieram, esses aspectos transcendem o regional, dialogando com vários aspectos e realidades da nação brasileira (Candido, 1980).

Em síntese, o impacto que os acontecimentos do início dos anos 30 tiveram na sociedade brasileira foi profundo, e do ponto de vista da produção literária, os novos ares advindos da Semana da Arte Moderna com o modernismo fizeram com que os autores cada vez mais procurassem representar em suas obras aspectos da cultura popular brasileira e os tipos característicos do país (Candido, 1980; Galente, 2016), tornando a produção de caráter cada vez mais engajado, de representação da realidade nacional e das transformações que ela sofria, e, consequentemente, uma literatura bastante fértil na perspectiva do romance político.

### **3. O Ator em meio a Comédia**

Sendo o contexto da Era Vargas marcado por intensas transformações em vários segmentos da sociedade, e tendo provocado, inclusive, um movimento de engajamento político no âmbito da literatura brasileira, pode-se concluir que, ao menos em um número significativo de obras e autores, essa produção têm

elementos que podem constituir o chamado romance político, que dialoga com a própria realidade e ideais política da época, ajudando a compreender melhor a época sob um novo olhar.

Esse entendimento é o primeiro passo para se ter a possibilidade de utilizar o romance como objeto de estudo da Era Vargas. Contudo, ainda é necessário delimitar, dentro do número de autores e obras, aquele autor e aquela obra que podem contribuir para esse estudo.

Acerca da tarefa, pode-se deduzir que, no escopo de autores, o mais provável a atender as características de produção de um romance que tenha em si elementos representados da realidade política da época, é aquele cuja trajetória pessoal esteja inserida, em menor ou maior grau, dentro do contexto político da Era Vargas. Isto porque, como já foi apresentado, a ficção presente no romance é montada com base nas percepções e experiências do autor inserido em determinado contexto. Em seguida, deve-se selecionar uma obra que carrega consigo diversos elementos que, ao serem estudados, apontem para essa relação entre realidade ficcional e realidade política, permitindo uma espécie de caminho a ser seguido sobre o entendimento das transformações advindas da Era Vargas.

Existem algumas opções bastante proveitosas de autores, como os já citados Jorge Amado e Érico Veríssimo. Contudo, será selecionado, ainda que de maneira arbitrária, um autor que de maneira bastante característica e chamativa mesclou elementos de sua própria vivência pessoal e reflexões em sua produção (Galente, 2016), um autor que foi, além de escritor, jornalista e também memorialista, bem como um preso político durante os anos 30 do período varguista (Galente, 2016). Trata-se de Graciliano Ramos (1892 – 1953).

Se a proposta é achar um autor imerso nas questões políticas da época, Graciliano Ramos se torna um candidato ideal pelo fato de que, em primeiro lugar, foi um sujeito que teve envolvimento tanto direto como indireto com a política. Como já foi citado, ele já chegou a ser preso por motivações políticas em plena Era Vargas, de 1936 a 1937, tendo retratado esse episódio em seu livro *Memórias do Cárcere*, livro de caráter não ficcional, publicado postumamente

em 1953. Antes disso, já havia cruzado com o mundo político em 1927, ano o qual foi eleito prefeito de Palmeira dos Índios, cidade alagoana a qual comandou até 1930, quando renunciou ao mandato.

Graciliano Ramos também foi alguém bastante envolvido com as tensões do pensamento político da época. Recapitulando, “[...] houve nos anos 30 uma espécie de convívio íntimo entre literatura e as ideologias políticas e religiosas” (Candido, 1980, p. 30). De um lado, o espiritualismo católico ligava-se a soluções à direita, às vezes dando espaço para uma espécie de autoritarismo, ao passo que alguns movimentos e autores cada vez mais eram influenciados por ideais à esquerda (Candido, 1980). Nessa conjuntura, Graciliano Ramos era um autor declaradamente de esquerda, chegando a se filiar ao Partido Comunista em 1945, e a visitar a então União Soviética em 1952. Essa identificação com a esquerda por parte do autor se traduziu em sua produção literária através da representação de elementos da exploração e dominação de classes (Galente, 2016), inserindo em seus universos ficcionais uma relação entre oprimidos e opressores nas personagens.

E por falar em sua produção literária, outro motivo para tomar Graciliano Ramos como candidato ideal é justamente a forma com a qual o escritor mescla elementos da própria realidade a qual viveu em sua produção e vice-versa. Durante seu mandato como prefeito, era comum haver em seus relatórios traços de sua escrita literária, seu estilo seco e direto, e “até mesmo as burocracias ganhavam ares literários e os moradores da então Palmeira dos Índios transformaram-se em personagens do prefeito-escritor” (Galente, 2016. p. 70):

Pensei em construir um novo cemitério, pois o que temos dentro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos a que me aventurei, necessários aos vivos, não me permitiram a execução de uma obra, embora útil, prorrogável. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamavam. (RAMOS, 1930, s/p).

Já o romance *Caetés*, por exemplo, finalizado em 1928 e publicado em 1933, contém inúmeras representações do período em que o autor gerenciava Palmeira dos Índios, tendo a impressão de que ele “[...] utilizou seu mandato à frente da prefeitura como uma espécie de ‘laboratório’ para a criação de suas

personagens” (Galente, 2016, p. 71). Não somente *Caetés*, mas até mesmo sua produção posterior também aparenta haver essa relação e influência do período político em que viveu, “[...] pois, em alguns de seus romances, o narrador, seja em primeira, seja terceira pessoa, além de descrever e narrar os acontecimentos, ainda analisa as personagens e o que se passa com elas enquanto pertencentes a um determinado estrato social e quais as consequências disso” (Galente, 2016, p. 71).

Esses fatores expostos levam a concluir que Graciliano Ramos é um autor que expõe, em sua produção literária, aspectos ou elementos do contexto político brasileiro da época, categorizando-a, assim, como uma produção significativa para uma análise dos fenômenos políticos, encaixando propriamente os romances do autor na ótica do romance político.

### **3.1. O último romance**

Tendo discorrido sobre a seleção do autor, o próximo passo é selecionar, no conjunto das obras de Graciliano Ramos, aquela produção será analisada de acordo com os propósitos do trabalho.

O conceito-orientador da análise que será feita da obra é o de romance político, ou seja, uma posição analítica que considera o romance sob a ótica de seus elementos, reflexões e ideias que dizem respeito à política, sendo essa consideração possível, e buscando, também, entender o contexto político da época com base nessa orientação de leitura e análise. Nesse sentido, discorrendo sobre a produção literária de Graciliano Ramos, há quatro romances publicados: *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas Secas* (1938).

Já foi explicitado a característica das produções de Graciliano Ramos em conter, de diferentes formas, diversas representações da experiência e observações vividas pelo autor, muitas vezes carregadas por aspectos de reflexão política (Candido, 1890; Galante, 2016). Assim, somente pelo critério do romance político seria possível selecionar quaisquer dos romances publicados por ele, sendo possível observar diferentes aspectos da realidade política vivida pelo autor.

Contudo, para além do encaixe da literatura no contexto do romance político, esse romance deve estar localizado no contexto proposto, isto é, um romance esteja inserido e que faça alusão, em menor ou maior grau, aos fenômenos políticos presentes no primeiro período da Era Vargas (1930 - 1945). Nesse caso, partindo de uma seleção que leva em conta a progressão da experiência do autor no tempo, o romance *Vidas Secas* se coloca como uma boa opção, pelo fato de ser o último romance publicado por Graciliano Ramos, logo em 1938, início do chamado *Estado Novo* no Brasil. Além disso, como será exposto posteriormente, *Vidas Secas* contém em seu conteúdo ficcional diversas referências à realidade política da época, como por exemplo a questão do abuso de autoridade e do poder por parte do Estado, a exploração e subdesenvolvimento do trabalhador rural, o poder da religião enquanto ente capaz de mobilizar diferentes contextos e setores da sociedade, entre outros temas que dialogam com o contexto vigente de publicação da obra.

Vale destacar, novamente, que essa seleção não reduz o romance ao seu aspecto político, isto é, considerando *Vidas Secas* como uma obra literária estritamente política, ou que a intenção final do autor era a de escrever um romance unicamente político, fazendo com que a narrativa e o universo criado só façam sentido sob esta ótica analítica. Pelo contrário, a seleção do texto apenas considera o ato de dar ênfase na dimensão política presente no texto para o objetivo da análise, tendo ciência de que uma obra literária pode trazer múltiplos significados e formas de se ver e interagir com a realidade retratada.

### **3.2. Objetivo e metodologia**

Como já foi dito, o objetivo da análise é o de levantar e apreender um conjunto de questões representadas na obra acerca do contexto político pertinente à época. Seguindo essa linha, por se tratar de um texto literário ficcional, o método mais adequado para realizar tal feito é o da análise literária.

Por análise literária, entende-se uma operação em que se olha para o texto literário e, “[...] além do que se conta, é importante saber como tudo está expresso, as peculiaridades do enredo; como a obra está estruturada; quais os aspectos que chamam atenção e porquê” (Almeida; Souza, 2013, p. 14-15).

Nesse sentido, para além do texto em si, deve-se contar com a observação do ambiente de produção da obra, isto é, de aspectos do contexto e da vida do autor que incidem no texto. Além disso, quando se fala dos aspectos que chamam a atenção e o porquê, o trabalho assume como conceito orientador para a identificação desses aspectos a ideia de romance político, ou seja, reconhecendo ser possível a busca, através do romance, as representações e elementos da realidade que dizem respeito ao campo da política, que será fundamental para dar ênfase a esse tipo de conteúdo da obra e analisá-lo conforme os elementos tanto do texto como daqueles que ajudaram em sua estruturação.

Sobre a operação em si, serão expostas algumas considerações acerca da estrutura narrativa de *Vidas Secas*, seus personagens e características de cada um, contextualizando internamente a obra. Em seguida, tendo em mente a operação analítica com base no conceito de romance político, serão selecionados e detalhados trechos específicos do romance - sendo tanto acontecimentos da narrativa ou características específicas dos personagens - que possuem ligação com o contexto político da época. Nesse sentido, a seleção será organizada em temáticas, com o intuito de se aprofundar na interpretação do texto, relacionando-a com a contextualização feita sobre a realidade externa ao texto. Assim, após a exposição dos trechos selecionados, serão resgatados os enquadramentos contextuais da época e da vida do autor conforme a progressão da leitura, referenciando estudos políticos sobre a Era Vargas conforme cada temática.

Vale destacar que, em sintonia com as considerações anteriores, a análise literária feita no trabalho é um recorte, isto é, um possível caminho de interpretação dentre vários acerca do romance, optando pela preferência da temática da política e sua relação com a construção do texto literário. Tendo isso em mente, as exposições que serão feitas do texto levarão em conta essa finalidade, direcionando a leitura e reconhecendo que serão postos de lado outros trechos e elementos narrativos. Trazendo um exemplo, *Vidas Secas* possui em sua narrativa uma espécie de personificação da natureza, sendo retratada quase como um personagem. A seca, em particular, assume um papel central, simbolizando não apenas a adversidade climática, mas a luta incessante

entre o homem e o meio ambiente hostil. Contudo, apesar de ser um elemento predominante na obra, essa relação do homem com a natureza não será tema, ao menos de maneira principal, da análise literária, priorizando outros aspectos da narrativa conforme o estabelecimento da linha de análise a ser seguida.

Fica, assim, reforçado o propósito do trabalho, sem que com isso reduza à obra a apenas um olhar analítico. Feito essas considerações, segue-se ao estudo da obra em questão.

#### **4. Vidas Secas: o romance que dá voz aos oprimidos**

Em novembro 1935, ocorria a chamada Intentona Comunista, ou Revolta Vermelha de 35, tentativa de golpe de estado feita contra Getúlio Vargas. A rebelião, feita em Natal, no Rio Grande do Norte, expandiu-se até o Maranhão, Recife e Rio de Janeiro. Esse ocorrido fez com que Getúlio Varga, em seu Governo Constitucional, decretasse estado de sítio, dando início a uma onda de repressão política e perseguição de supostos simpatizantes do comunismo no país. No ano seguinte, em 3 de março de 1936, Graciliano Ramos foi preso em sua residência, em Maceió, sem processo formado. Embora sem evidências concretas de seu envolvimento na Intentona Comunista, o escritor permaneceu encarcerado por quase um ano, sendo transferido para várias prisões até chegar ao Rio de Janeiro (Zilberman, 2022; Ramos, 2020).

Após ser libertado de sua prisão, em 1937, Graciliano Ramos decide fixar residência com sua família no Rio de Janeiro. Nesse novo recomeço, cheio de dificuldades financeiras, passa a publicar alguns contos, dentre eles *Baleia*, texto que faria parte do que viria a se tornar *Vidas Secas*. Essa ligação embrionária com o gênero do conto dá à obra uma característica especial, sendo o único romance do autor “[...] cuja composição não é contínua, mas feita de pedaços que poderiam ser lidos isoladamente” (Candido, 2006, p. 145). Outro ponto exclusivo de *Vidas Secas* em comparação com os outros romances de Graciliano é sua construção dos personagens, sendo o “[...] único a não ser organizado em torno de um protagonista absorvente, como João Valério em *Caetés*, Paulo Honório em *São Bernardo*, Luís da Silva em *Angústia* (Candido, 2006, p. 144-145). Assim, *Vidas Secas* conta a história de uma família de retirantes, sendo ambientada no contexto rural (Galente, 2016), em meio ao cenário do interior e da seca do nordeste, tendo como protagonistas Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho, o menino mais novo e a cachorra Baleia.

Essa família vive em um contexto de miséria e opressão, “[...] emudecida pelo descaso, pela fome, pela seca” (Almeida; Souza, 2013, p. 20), comprometendo inclusive sua própria capacidade de comunicação, sendo essa condição exposta logo no primeiro capítulo, no episódio onde acabam por matar o louro mudo que carregavam para se alimentarem e não morrerem de fome:

[Sinhá Vitória] resolvera aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma de que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas (Ramos, 2019, p. 9-10).

Predomina, assim, o silêncio, mas não qualquer silêncio, pois “[...] a falta de palavras de Fabiano e de toda família é angustiante, ao tempo que é ensurdecedor, porque é um silêncio que nos fala mais do que as palavras” (Almeida; Souza, 2013, p. 20).

Essa condição dá à obra outra característica especial: a narração em terceira pessoa. Isso porque, sendo, também, o único romance de Graciliano que utiliza esse tipo de narração (Candido, 2006), é por meio do narrador onisciente que a família ganha voz, “[...] mostrando a força de Graciliano ao construir um discurso poderoso a partir de personagens quase incapazes de falar, devido à rusticidade extrema, para os quais o narrador elabora uma linguagem virtual a partir do silêncio” (Candido, 2006, p. 145).

Com isso, ao longo dos treze capítulos a história perpassa por diferentes perspectivas apresentadas pelo narrador onisciente, alternando a narrativa entre cada membro da família. E por falar neles, convém apresentar brevemente cada um, bem como a história em si, contextualizando o enredo.

Fabiano, pai dos meninos, marido de Sinhá Vitória, bruto, é um personagem de pouca instrução intelectual e vocacionado para o trabalho braçal, sendo inclusive comparado várias vezes a uma espécie de vassalo ou bicho:

E pensando bem, ele não era um homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros.

[...]

- Você é um bicho, Fabiano [referindo-se a si mesmo].

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades (Ramos, 2019, p. 16-17).

Logo no início do romance, ele e a família estão caminhando em meio a seca e o sol do sertão, esfomeados e abatidos pela longa viagem, em busca de algum

refúgio. Algum tempo depois, encontram uma fazenda abandonada, e com ela, indícios do fim da seca e a esperança de recomeçar uma nova vida:

A fazenda renasceria - e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo.

[...]

Uma ressurreição. As cores da saúde voltariam à cara triste de sinhá Vitória. Os meninos se espojariam na terra fofa do chiqueiro das cabras. Chocalhos tilintariam pelos arredores. A catinga ficaria verde. (Ramos, 2019, p. 14).

É nessa fazenda, imersa em um ambiente quase totalmente ruralizado - com exceção de uma pequena cidade próxima - que será palco para o desenrolar do enredo e das reflexões e representações do autor.

Também é nesse local que se conhece melhor cada membro da família, como Sinhá Vitória, mulher de Fabiano e mãe dos meninos, uma personagem retratada como sendo fiel companheira do marido, e ainda que compartilhe a condição de Fabiano de brutalidade e comportamentos muitas vezes similares a de um bicho, Sinhá Vitória preserva ainda algum grau de instrução, tendo a admiração e confiança do marido: “Ele [Fabiano] era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo” (Ramos, 2019, p. 90).

Segue-se para os meninos, o filho mais velho e o filho mais novo. Ambos não possuem nomes, e durante todo o romance são retratados por essas designações. O menino mais velho é curioso, buscando entender a realidade que o cerca, chegando a desenvolver uma admiração e atração pela palavra “inferno” da qual desconhece o significado. Já o menino mais novo conserva uma admiração e idealização para com o pai, buscando seguir os passos dele. Tal como os progenitores, ambos também compartilham a condição análoga à de um animal.

Por fim, há ainda um último membro, Baleia, cachorra de estimação da família. Durante a narrativa, ao passo que o restante da família é retratada como bicho, em vários momentos Baleia é retratada de maneira humanizada, tendo desejos, sentimentos e uma conexão profunda com os demais personagens:

A cachorra Baleia acompanhou-o [filho mais velho] naquela hora difícil.

[...]

Naquele dia a voz estridente de sinhá Vitória e o cascudo no menino mais velho arrancaram Baleia da modorra e deram-lhe a suspeita de que as coisas não iam bem.

[...]

O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe baixinho uma história [...]. Valia-se, pois, de exclamações e gestos, e Baleia respondia com o rabo, com língua, com movimentos fáceis de entender (Ramos, 2019, p. 54-55).

Essa família, bem como os demais personagens secundários que vão surgindo na obra, inserida nesse universo ruralizado, com desafios e dificuldades, protagoniza uma construção feita pelo autor de uma realidade marcada por desigualdades, violência e uma religiosidade que acabam refletindo diferentes aspectos da realidade da época. Esses aspectos representados serão analisados em sua dimensão política a seguir.

#### **4.1. A dicotomia urbano-rural: tensões e desigualdades no campo**

Uma das temáticas que perpassa por todo o *Vidas Secas* é a realidade no campo e o mundo no contexto rural. Não obstante, Graciliano Ramos, filho de proprietário de latifúndio, durante a infância já esteve imerso nesse ambiente, vivendo em uma fazenda no sertão de Pernambuco.

Sobre a representação desse mundo no livro, Graciliano constrói uma realidade negativa, ausente de estruturas e instituições capazes de trazer estabilidade e segurança para os habitantes desse mundo, principalmente quando se refere às relações de trabalho. Essa realidade também é dotada de opressão e desigualdades, sendo mais bem retratada na de Fabiano com seu patrão, dono da fazenda que Fabiano tinha achado anteriormente, mas que o patrão retoma após o fim da seca:

O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim [...]. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. [...] e o amo só queria mostrar autoridade, mostrar que era dono (Ramos, 2019, p. 21).

Mais à frente no enredo, no capítulo *Contas*, essas características se intensificam, com Fabiano enfrentando sentimentos de raiva e indignação pela relação de trabalho exploratória a qual passa, com o patrão cobrando juros exorbitantes pelas dívidas de Fabiano, extorquindo-o pouco a pouco, criando uma espécie de relação análoga à escravidão:

Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezinava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco.

[...]

Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria! (Ramos, 2019, p. 89-90).

Essa realidade se apresenta para Fabiano e sua família como um destino determinado, sendo passado de geração para geração, praticamente impossível de se livrar dele dadas as condições miseráveis em que vivem:

Tinha a obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem, nascera com esse destino, ninguém tinha culpa dele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. [...] aquilo estava no sangue (Ramos, 2019, p. 93).

Esses e tantos outros trechos na obra mostram uma realidade angustiante, desigual e opressiva, ausente de qualquer justiça ou aparato para Fabiano, representando o trabalhador rural. Nesse sentido, a questão que fica é: em que medida esse mundo de *Vidas Secas* retrata o mundo no campo dos anos 30, durante a Era Vargas?

Ao observar a historiografia brasileira, uma das teses mais difundidas é a da “[...] preocupação exclusiva ou preponderante do governo de Getúlio Vargas com a intervenção e regulamentação do trabalho urbano e o consequente abandono e marginalização do mundo rural” (Bercovici, 2020, p. 185). De fato, a situação fundiária do Brasil na Era Vargas era bastante complexa, para bem dizer, uma “[...] situação fundiária caótica e concentradora, que desafiava a

capacidade de articulação e de implementação das políticas governamentais” (Bercovici, 2020, p. 185).

No que se refere aos motivos do crescimento dos centros urbanos, um dos grandes fatores de influência foi o início de uma política econômica de industrialização do estado brasileiro. Após décadas de economia voltada em sua grande maioria para a exportação de commodities, em especial do café, o Brasil enfrentava uma crise em decorrência da baixa demanda da comunidade internacional por esses produtos, fazendo com que o governo recém instaurado adotasse um modelo de substituição de importações, aquecendo o mercado interno por meio do crescimento industrial e da produção nacional (Fausto, 2006).

À medida que ocorria um crescimento das cidades, ocorria um aumento da classe operária, que cada vez mais buscava ocupar espaços de reivindicações e inclusão. Observando o potencial risco dessa classe em gerar revoltas e revoluções, principalmente em decorrência da ascensão da então União Soviética e do pensamento político-econômico do socialismo, o estado brasileiro encontrou uma saída no desenvolvimento de uma política trabalhista. Assim, o governo Vargas realizou uma série de medidas, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, das Juntas de Conciliação e Julgamento - para mediar conflitos entre patrões e operários -, e o lançamentos de alguns decretos para complementar a política trabalhista, como por exemplo o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, que regulava a sindicalização das classes patronais e operárias (Fausto, 2006). Essas medidas tinham o principal objetivo de manter sob controle essa classe em ascensão, isto é, “[...] reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo” (Fausto, 2006, p. 335).

Assim, em meio ao contexto de mudanças na política nacional, “o projeto de Vargas para se manter no poder incluiria a modernização urbana [com o desenvolvimento de uma política trabalhista forte e um modelo econômico de substituição de importações] e o conservadorismo agrário” (Bercovici, 2020, p. 185).

Contudo, mesmo com a situação no mundo rural sendo bastante complexa, houve algumas tentativas por parte do governo de incorporação do trabalhador rural na política trabalhista, ainda que sofrendo fortes resistências por parte de alguns setores, principalmente dos grandes latifundiários e setores oligárquicos (Bercovici, 2020). Dois exemplos de tentativa e resistência são o do Decreto nº 19.482 e os debates da Assembleia Constituinte de 1933/1934. Sobre o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, dispunha sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais. No artigo terceiro, o decreto determinava que as empresas eram obrigadas a contratar pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros, com redação dada de tal forma que abrangia inclusive o setor agropecuário (Bercovici, 2020):

Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos (Brasil, 1930).

Contudo, “[...] por pressão dos grandes latifundiários” (Bercovici, 2020, p. 188), a norma acabaria sendo alterada pelo Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, o qual modifica o artigo terceiro do Decreto nº 19.482, restringindo-o de tal forma que “[...] isentava aqueles que empregassem estrangeiros na lavoura, pecuária e indústrias extractivas” (Bercovici, 2020, p. 188):

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que a este acompanha, para execução das disposições constantes do art. 3º e seu parágrafo único do decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, a fim de que todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias e firmas comerciais ou industriais que exploram qualquer ramo de comércio ou indústria ocupem, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos. (Brasil, 1931).

Outro exemplo foi, como já citado, os debates da Assembleia Constituinte de 1933/1934, buscando a criação de uma nova constituição e a passagem do Governo provisório (1930 a 1934) para um Governo eleito. Durante os debates, destaca-se a apresentação do projeto da Comissão do

Itamaraty de tentativa de expansão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais:

[...] o anteprojeto da Comissão do Itamaraty previa expressamente em seu artigo 124 a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, como salário-mínimo, férias, limitação de jornada de trabalho e a criação de escolas para filhos de colonos, além de prever a progressiva extinção do latifúndio” (Bercovici, 2020, p. 188).

Como resultado, houve uma resistência dos setores oligárquicos representados nos debates, o que fez com que, na consolidação da Constituição de 1934, o artigo 121, que estendia esses direitos aos trabalhadores rurais, viesse com a restrição de que essa extensão se daria por meio de regulamentação posterior (Bercovici, 2020):

Art. 121. A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do paiz.

[...]

§ 4º O trabalho agrícola será objecto de regulamentação especial, em que se attenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo (Brasil, 1934).

Houve ainda várias outras tentativas de incorporação da classe trabalhadora rural e resistências de grupos de pressão durante toda a Era Vargas, como foi o caso do Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que tratava sobre a regularização da sindicalização rural, cuja consequência foi uma onda severa de críticas por parte das “[...] associações patronais rurais, que se opuseram a toda e qualquer legislação de sindicalização dos trabalhadores rurais” (Bercovici, 2020, p. 190).

Em síntese, durante os anos de vigência do governo Vargas - seja provisório, constitucional ou ditatorial - houve uma resistência acerca da abrangência de leis e direitos para os trabalhadores rurais e do mundo no campo. A construção de Fabiano surge em meio a esse contexto, um personagem imerso em um ambiente ausente de garantias trabalhistas, tendo sua força de trabalho constantemente explorada sem qualquer expectativa de melhora ou emancipação.

Outro ponto interessante na construção de Fabiano é sua característica de homem bruto, pouco instruído e sem capacidade de contra-argumentar perante as injustiças por mais revoltado que estivesse. Essa característica vai de encontro com o fato de que, na época de construção do romance, a grande maioria do povo brasileiro tinha pouco acesso a manifestações culturais e intelectuais, sendo restrito a uma pequena parcela da população (Candido, 1980). Assim, a figura de Fabiano representaria não só o homem do campo em matéria de trabalhador sem direitos, mas também de indivíduo privado do acesso à educação, sendo uma realidade bastante presente em grande parte da população do período.

Por fim, contextos como o retratado em *Vidas Secas* podem ser facilmente expandidos para ao menos boa parte da realidade da época, principalmente a dos trabalhadores do campo, dado todo o ambiente caótico e centralizador da situação fundiária, com diferentes grupos de pressão e proprietários de terra sendo contrários a mudanças de paradigma.

#### **4.2. Reaproximação entre religião e Estado: a influência da Igreja Católica durante a Era Vargas**

Outro elemento que chama a atenção na obra é a religião, mais especificamente a referência ao catolicismo. Ao longo do romance, há vários momentos em que ele aparece, seja através de uma afirmação religiosa dos personagens, seja por referência a elementos da igreja. Têm-se alguns exemplos, como no caso de Fabiano, que em certa ocasião buscava trazer de volta um animal ferido por meio da reza:

Fabiano curou no rastro a bicheira da novilha raposa. Levava no aió um frasco de creolina, e se houvesse achado o animal, teria feito o curativo ordinário. Não o encontrou, mas supôs distinguir as pisadas dele na areia, baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou. Se o bicho não estivesse morto, voltaria para o curral, que a oração era forte (Ramos, 2019, p. 15).

No capítulo *Cadeia*, enquanto estava encarcerado, Fabiano não se conformava com os eventos que o levaram a ser preso, julgando que aquela situação, através do narrador, “era para um cristão endoidecer” (Ramos, 2019, p.

33). Já no capítulo seguinte, ao acompanhar a perspectiva de Sinhá Vitória enquanto ela cozinhava, há outra afirmação:

Foi levantar o testo, recebeu na cara vermelha uma baforada de vapor. Não é que ia deixando a comida esturrar? Pôs água nela e remexeu-a com a quenga preta de coco. Em seguida provou o caldo. Insosso, nem parecia boia de cristão (Ramos, 2019, p. 41).

Mais à frente na obra, outra alusão à religião acontece no capítulo *O menino mais velho*, o qual narra a fascinação do filho com a palavra “inferno”, que escutou anteriormente e que lhe despertou interesse:

Ele nunca tinha ouvido falar em inferno.

[...]

A culpa era sinha Terta, que na véspera, depois de curar com reza a espinhela de Fabiano, soltara uma palavra esquisita, chiando [...].

[...]

Não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim. E resolvera discutir com Sinha Vitória (Ramos, 2019, p. 53-57).

Por fim, talvez o capítulo que mais traz elementos do catolicismo seja *Festa*, que descreve a jornada da família até a cidade próxima, para participarem de uma novena na igreja, e, em seguida, se aventurarem nas festividades que ocorriam próximas ao local:

Chegaram à igreja, entraram.

[...]

Os meninos também se espantavam. No mundo, subitamente alargado, viam Fabiano e sinha Vitória muito reduzidos, menores que as figuras dos altares. Não conheciam altares, mas presumiam que aqueles objetos deviam ser preciosos (Ramos, 2019, p. 72).

O interessante nessas representações e referências ao catolicismo é o contexto em que elas surgem. Não obstante, como já foi exposto diversas vezes, a realidade a qual se encontra a família é desoladora, forçando-os a fugir de tempos em tempos da seca, em meio a um mundo que nega a eles qualquer oportunidade de escaparem desse destino ruim. Além disso, são muitas vezes retratados como bichos: Fabiano “vivia longe dos homens, só se dava bem com

os animais” (Ramos, 2019, p. 18), sua mulher o acompanhara em mesmo destino, e “os meninos eram uns brutos, como o pai” (Ramos, 2019, p. 36). Ainda assim, mesmo em uma realidade tão hostil, o elemento do catolicismo surge não só como bastante presente, mas também muito influente na vida da família.

Uma das provas desse fato é durante a novena em que eles participam. Na ocasião, a família, acostumada com o estilo de vida e vestimentas rústicas, acaba utilizando roupas formais, buscando se acostumarem com o estilo de vida e comportamento das pessoas da cidade, mesmo que isso os trouxesse bastante desconforto. Todo esse esforço advinha dessa influência e tradição religiosa que os compeliram a sair da condição de bichos e prestarem contas à igreja. Não obstante, isso fica mais evidente através da perspectiva de Fabiano:

E o colarinho furava-lhe o pescoço. As botinas e o colarinho eram indispensáveis. Não poderia assistir à novena calçado em alpercatas, a camisa de algodão aberta, mostrando o peito cabeludo. Seria desrespeito. Como tinha religião, entrava na igreja uma vez por ano. E sempre vira, desde que se entendera, roupas de festa assim: calça e paletó engomados, botinas de elástico, chapéu de beata, colarinho e gravata. Não se arriscaria a prejudicar a tradição, embora sofresse com ela. Supunha cumprir um dever, tentava aprumar-se (Ramos, 2019, p. 73-74).

Esses apontamentos levantam a seguinte questão: por que Graciliano Ramos associou a religiosidade de trabalhadores rurais em realidades tão distantes ao catolicismo? E por que ela surge de maneira tão enraizada nos personagens da obra?

Não é segredo que a Igreja Católica esteve presente na realidade brasileira desde a formação do país. Não obstante, “no antigo regime, a Igreja era a instância geradora de valores, tanto para o Estado, como para a sociedade” (Mendonça et al, 2011, p. 278). Ainda assim, houve um momento em que ela e o Estado acabaram se distanciado, sendo o caso da promulgação da primeira Constituição da República, em 1891, que consolidou a separação entre religião e Estado. Contudo, mesmo com essa perda de espaço político, a Igreja buscou permanecer influente na esfera civil, principalmente nos primeiros anos da República brasileira.

Nessa lógica, a forma como o catolicismo foi representado e associado na obra começa a fazer sentido na medida em que se entende que, na realidade brasileira, mesmo perdendo a força institucional do Estado, “a Igreja permaneceu ancorada em sua aliança com as oligarquias conservadoras, mediante a qual exerceu sua hegemonia sobre as massas rurais” (Mendonça et al, 2011, p. 278).

Esse fato fez com que a Igreja tivesse um grande poder de mobilização popular, influência e capilaridade dentro da sociedade, especialmente no âmbito do campo com o apoio das oligarquias locais (Mendonça et al, 2011), o que por si só constituiria uma possível relação entre a realidade brasileira e a representação feita dos personagens em *Vidas Secas*, onde até nos lugares mais remotos, distantes e ruralizados há a presença e influência da Igreja. Contudo, o catolicismo conseguiria se enraizar ainda mais na sociedade brasileira, pois, conforme a antiga República dava lugar ao governo Vargas, a Igreja via a oportunidade de reassumir parte do espaço político outrora perdido.

A título de exemplo, logo no início do Governo provisório a Igreja “[...] preparou concentrações populares, a fim de pressionar o Governo provisório para atender suas reivindicações e impedir que se inclinasse para a esquerda” (Mendonça et al, 2011, p. 280). A partir desse ponto, reconhecendo a capacidade de mobilização da Igreja, o Estado começou a estreitar relações com o catolicismo, transformando a Igreja Católica em uma de suas bases de apoio para governar (Fausto, 2006).

Dessa relação surgiram algumas medida por parte do governo para garantir a manutenção do apoio, como o caso da inauguração do Cristo Redentor no Corcovado, em 1931, com a presença de Getúlio e todo o ministério (Fausto, 2006), ou a publicação do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que permitia o ensino religioso nas escolas públicas - medida essa muito importante para a Igreja, pois considerava fundamental “[...] o ensino religioso ser ministrado nas escolas públicas para os alunos católicos” (Mendonça et al, 2011, p. 281).

Outro exemplo do tamanho da influência da Igreja Católica foi durante as eleições para a formação da Assembleia Constituinte, em 1933. Ao longo desse período, foi criado a Liga Eleitoral Católica (LEC), órgão suprapartidário que teve a função estratégica de garantir a representação da Igreja na Assembleia:

Sua finalidade foi assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte (Mendonça et al, 2011, p. 281).

Como consequência, após as eleições, a Assembleia Constituinte teve a maioria dos candidatos indicados pela LEC, dando à Constituição de 1934 um caráter mais conservador, agradando a Igreja (Mendonça et al, 2011).

Todas essas ações realizadas ao longo da Era Vargas potencializaram o campo de influência da Instituição Católica, mediante uma relação de troca com o governo vigente. Afinal, “a busca da legitimação, por parte de Vargas, o lançou nos braços da instituição que foi por décadas ignorada pela sociedade política” (Mendonça et al, 2011, p. 284). Assim, o catolicismo ia se consolidando como religião predominante conforme se reintegrava à política, tornando-se bem mais influente não somente pela via das oligarquias, mas também pela via institucional, garantindo sua manutenção de poder na sociedade.

Em síntese, o elemento do catolicismo como aspecto religioso de indivíduos do campo presente em *Vidas Secas* pode se interpretado como a representação da influência e nível de capilaridade da Igreja, sendo capaz de se fazer presente em terras e indivíduos tão distintos como os do romance, chegando a mobilizar uma cidade inteira em torno de um culto.

#### **4.3. Violência e Política: o poder autoritário do Estado Getulista**

Talvez a representação mais direta feita do contexto político da época por parte de Graciliano Ramos em *Vidas Secas* seja a violência e opressão. Não obstante, o romance foi escrito pouco tempo depois da liberação de Graciliano

da prisão, fazendo com que *Vidas Secas* fosse uma espécie de primeiro relato de seu encarceramento:

Não é, porém, em *Memórias do Cárcere* que Graciliano relata pela primeira vez em que consiste a experiência do confinamento. Na pele de Fabiano, protagonista de *Vidas Secas*, propõe uma primeira representação do confronto entre a autoridade policial e o cidadão acusado de um delito que desconhece, o encarceramento desprovido de incriminação e a liberação sem julgamento prévio (Zilberman, 2022, p. 02).

O relato dá início no capítulo *Cadeia*, aonde Fabiano vai até a cidade próxima para comprar alguns mantimentos que Sinhá Vitória pediu, porém o desenrolar da tarefa não sai como esperado, pois o marido decide beber um pouco, e é convidado a jogar cartas com um personagem que, pode-se dizer, é a representação da autoridade do governo na obra: o soldado amarelo.

Após algumas partidas e desentendimentos, Fabiano acaba respondendo de modo ríspido a autoridade, o que o leva a ser preso pelo soldado sem sentença formada, e passa a noite encarcerado. Naquele local, sentindo dores e desorientado pela surra que levou, o personagem começa a experienciar uma série de reflexões e um sentimento de injustiça, os quais são revelados através do discurso indireto livre empregado pelo narrador:

Havia engano, provavelmente o amarelo o confundira com outro.  
Não era senão isso.

Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações:

- “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.”

Mas agora rangia os dentes, soprava. Merecia castigo? (Ramos, 2019, p. 31).

Instala-se em Fabiano um sentimento de revolta, uma necessidade de justificar o motivo daquela injustiça. Com isso, no progredir das emoções, Fabiano entra em um estado de negação, recusando a acreditar que o soldado amarelo representava o governo em atitudes tão baixas:

E, por mais que forcejar, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade,

era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não deveria consentir tão grande safadeza (Ramos, 2019, p. 31).

Sua indignação com aquela situação permanece, pois “só queria voltar para junto de Sinhá Vitória, deitar-se na cama de varas” (Ramos, 2019, p. 31). Contudo, seus pensamentos são interrompidos pelo falatório desconexo de um homem bêbado que estava preso na cela ao lado. Nesse ponto, Fabiano reconhece sua própria condição de ignorância, dotado de pouca capacidade comunicativa, tal como o bêbado, reacendendo seu sentimento de indignação:

Ouviu o falatório desconexo do bêbado, caiu numa indecisão dolorosa. Ele também dizia palavras sem sentido, conversava à toa. Mas irou-se com a comparação, deu marradas na parede. Era bruto, sim senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se. Estava preso por isso? Como saber falar direito? Que maldade fazia a brutalidade dele? Vivia trabalhando como um escravo. Desentupia o bebedouro, consertava as cercas, curava os animais - aproveitara um casco de fazenda sem valor. Tudo em ordem, podiam ver. Tinha culpa de ser bruto? Quem tinha culpa? (Ramos, 2019, p. 33).

A indignação evolui para um desejo de vingança, direcionado não somente ao soldado amarelo, mas também a seus superiores: “Mataria os donos dele. Entraria num bando de cangaceiros e faria estrago nos homens que dirigiam o soldado amarelo” (Ramos, 2019, p. 35). Porém, apesar de toda revolta, Fabiano acaba se conformando com a injustiça quando solto, apesar do fato o ter marcado para todo o resto da obra.

Entretanto, os sentimentos de raiva e vingança retornam no capítulo *Soldado Amarelo*. Nele, Fabiano está no meio da caatinga quando acaba se deparando com a autoridade, perdida e assustada, sem transmitir a prepotência que outrora tinha na cidade. Nesse contexto, ao encontrar o soldado naquele estado, amedrontado diante dele, Fabiano relembra da prisão injusta, e fica em um dilema entre matar ou não aquele indivíduo:

Fabiano pregou nele os olhos ensanguentados, meteu o facão na bainha. Podia matá-lo com as unhas. Lembrou da surra que levara e da noite passada na cadeia. Sim senhor. Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? (Ramos, 2019, p. 99).

Sua indecisão continua, lembrando da surra que levou, dessa vez pensando sobre as atitudes do governo em comandar gente como o soldado amarelo.

Surge uma comparação na mente de Fabiano, questionando-se sobre o que faria se ocupasse o lugar de autoridade:

Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura. Mas aquilo... soltou uns grunhidos. Por que motivo o governo aproveitava gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancadas neles? Não iria (Ramos, 2019, p. 101).

Por fim, após mais alguns instantes de tensão entre o soldado amedrontado e o revoltado Fabiano, o pai de família finalmente toma sua decisão. Acaba-se conformando de vez com a injustiça outrora sofrida, decidindo ajudar a autoridade. O gesto, vale ressaltar, veio acompanhado de uma aceitação e submissão de Fabiano para com o governo em si:

Afastou-se, inquieto. Vendo-o acanulado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro.

- Governo é governo.

Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo (Ramos, 2019, p. 104).

Sobre tudo que foi apresentado acerca do tema até aqui, pode-se destacar alguns pontos: seja a prisão injustificada de Fabiano, sem qualquer julgamento ou sentença formada, impossibilitado de defender-se; a revolta e desilusão do personagem, que luta em acreditar na injustiça que sofreu nas mãos de um representante do governo; ou até mesmo o conformismo e estado de submissão que Fabiano se coloca, mesmo perante uma oportunidade de se revoltar e se vingar. A partir dessas colocações, pode-se interpretar esses episódios como um relato da própria experiência individual do autor pelo fato de, em primeiro lugar, “[...] tal como Fabiano, o escritor foi preso sem saber o motivo” (Zilberman, 2022, p. 02).

Em segundo lugar, no contexto da prisão de Graciliano, o escritor “[...] respondeu de modo ríspido ao general que o interpela no quartel em Recife, justificativa similar, sob esse prisma, à que suscitou o encarceramento de Fabiano” (Zilberman, 2022, p. 03). Por fim, mais um indício de que o acontecimento de Fabiano se trata de um reflexo do encarceramento do autor é o

a situação análoga que, “[...] como o vaqueiro, o escritor sofreu humilhações durante o cativeiro, tendo sido libertado sem culpa reconhecida” (Zilberman, 2022, p. 03).

Tomando o episódio da prisão de Fabiano como reflexo da experiência sofrida pelo autor, surge a necessidade de compreender os motivos que levaram a essa prisão injustificada, tão impactante para ser retratada no romance. Como já foi abordado anteriormente, após a tentativa de golpe de estado promovida pela Intentona Comunista, o governo Vargas respondeu com repressão e perseguição política não só aos envolvidos, mas também a pessoas supostamente ligadas ao comunismo, mesmo sem provas concretas, o que fez com que, meses depois, o próprio Graciliano fosse preso. Nessa lógica, é preciso entender o contexto que levou a essa tentativa de golpe, bem como o motivo da resposta violenta por parte do governo.

Indo direto ao ponto, a política dos anos 30 e nos anos que se seguiram sob o Regime Vargas foi marcada principalmente pelo controle, repressão e um Estado de exceção e centralizador (Cancelli, 2014; Fausto, 2006). Inclusive, ao longo desse período foi sendo construída uma espécie de máquina de repressão política através da concessão de poderes excepcionais à Presidência da República e a polícia: “máquina repressiva que, na verdade, vinha sendo montada desde o início de 1930, numa varredura repressiva inicialmente dirigidas às várias organizações de esquerda (anarquistas e comunistas), aos sindicatos e à oposição liberal” (Cancelli, 2014, p. 4).

Assim, durante o Governo Provisório, ainda que Getúlio Vargas tivesse governado o Brasil sem suspender a constituição de 1891, o chefe provisório tomou uma série de medidas centralizadoras, fortalecendo o Poder Executivo:

Na realidade, fazendo uso de decretos-lei, seu governo criara uma sistemática legal que dava ao chefe de Estado poderes discricionários, no âmbito executivo e legislativo. No poder, ele dissolveu o Congresso Nacional, nomeou intervenidores estaduais e municipais e extinguiu as câmaras legislativas estaduais e municipais (Cancelli, 2014, p. 2).

Por pressões advindas especialmente das elites da oposição, em 1933 começa o processo eleitoral para a formação da Assembleia Constituinte, dando

origem à breve Constituição de 1934. Ainda assim, mesmo a nova constituição tendo restabelecido a separação entre os poderes e instituído eleições diretas para os membros do Executivo e Legislativo, ela “[...] havia diminuído drasticamente a autonomia dos estados que faziam parte da federação” (Cancelli, 2014, p. 2), dando maior poder de definição de políticas econômicas e sociais ao governo federal. Além disso, a nova carta constitucional também estabelecia, no *TÍTULO VI*, uma política de Segurança Nacional, dotada de instrumentos de exceção. Sobre ela, “[...] previa-se a suspensão de garantias constitucionais e a criação de um Conselho Superior de Segurança Nacional, composto pelo Presidente da República, seu chefe, e pelos ministros do Exército e da Marinha” (Cancelli, 2014, p. 3).

Ao ser eleito presidente do Governo Constitucional, Getúlio Vargas tão logo fez uso da política de Segurança Nacional, “[...] fazendo com que as garantias institucionais tenham se tornado letra morta, logo em 1935, pois houve decretação sistemática dos estados de sítio e de emergência” (Cancelli, 2014, p. 3). O motivo de tais ações pode ser explicado pelas tensões nacionais e internacionais envolvendo o comunismo e a União Soviética. Não obstante, no contexto brasileiro, surgiram tentativas por parte do Partido Comunista (PCO) em executar um golpe de estado com aval do chamado *Comintern* (Internacional Comunista) (Cancelli, 2014), uma organização fundada em 1919 por Lênin para coordenar e promover a revolução comunista mundial sob a liderança da União Soviética.

Somando à ameaça do PCO, também existia uma força de oposição à Vargas promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) (Cancelli, 2014), movimento político inspirado pelo *Comintern* que defendia uma série de reforças sociais, tais como a reforma agrária e melhoria dos direitos trabalhistas. Dentre as ações que essas forças tiveram, destaca-se a já citada Intentona Comunista, que em consequência fez com que “[...] o Congresso brasileiro aprovasse poderes excepcionais à Presidência da República e à polícia para que se montasse uma forte máquina de repressão política” (Cancelli, 2014, p. 4).

A título de exemplo, durante o Governo Constitucional houve a criação de alguns instrumentos e mecanismos de controle e repressão, como o caso da

sanção da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, que definia crimes contra a ordem política e social, e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, “[...] tão excepcional, que além dos crimes políticos tinha por competência julgar crimes contra a economia nacional” (Cancelli, 2014, p. 3).

Já no âmbito da polícia, principalmente da então Polícia do Distrito Federal (DF), desde o início da Era Vargas ela esteve ligada como peça fundamental da Presidência da República, “[...] que tratou rapidamente de promover profundas reformas internas e externas na polícia da capital da República; reformas que acabaram por garantir a Vargas o controle social e político de todo o território nacional” (Cancelli, 2014, p. 4). Para se ter uma ideia, como bem pontua Elizabeth Cancelli (2014), “[...] a polícia do DF desde o início da década de 30 suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e exerceu o controle sobre todas, absolutamente todas, as instâncias policiais do país” (p. 4).

Nessa conjuntura, conforme se consolidava o poder varguista, cada vez mais a polícia acumulava poder e assumia posturas ilegais e repressivas, sendo descritas da seguinte forma:

[...] medidas extra-legais tomadas pela polícia, como a prisão relativamente longa para a averiguação de elementos considerados nocivos à ordem pública, foram rapidamente sendo substituídas por medidas ilegais, como a manutenção em cárcere de prisioneiros que já haviam cumprido pena, por exemplo (Cancelli, 2014, p. 5).

Ainda sobre o tema, vale pontuar que a polícia também tinha o poder de prender cidadãos sem uma condenação da justiça, tal como ocorreu com Graciliano e Fabiano. Esse poder fez com que agravasse a situação carcerária do Brasil na época. Elizabeth Cancelli (2014) oferece dados sobre a cidade de São Paulo para demonstrar a dimensão e impacto desse poder da polícia:

Para termos uma ideia da dimensão desta realidade, entre 1934 e 1942, só na cidade de São Paulo, foram detidas e aprisionadas para correção uma média de 47 mil pessoas por ano. O número de detenções em 1934 representava mais do que sete vezes a soma dos condenados para o mesmo ano, sendo que não estavam incluídas nas estatísticas paulistanas as detenções realizadas para simples averiguação. (p. 5).

Com o número de presos cada vez mais aumentando, a qualidade dos presídios ia piorando, com destaque para o Rio de Janeiro, onde havia a chamada Casa de Correção, ligadas à Polícia do Distrito Federal, sendo um dos principais centros de encarceramentos da capital da República (Cancelli, 2014). O próprio Graciliano Ramos foi enviado para lá durante sua prisão, sofrendo bastante com a falta de clareza em seu processo prisional:

Partimos, lá fui claudicando até a Casa de Correção, a pequena distância, entramos. Surpreso e inquieto, perguntei a mim mesmo por que me enviam àquela prisão. Deveriam estar ali, supus, as criaturas forçadas a cumprir sentença, e ainda não me haviam dito uma palavra a respeito dos meus possíveis crimes. Tinha-me obrigado longos meses a rolar para cima e para baixo: aplicavam-me agora uma condenação enigmática” (Ramos, 2020, p. 519-520).

Toda essa conjuntura foi fundamental para a construção da citada máquina de repressão política, atingindo seu auge no chamado Estado Novo. Nesse sentido, através do Plano Cohen, o qual consistia na divulgação de um documento falso que detalhava um suposto plano de insurreição comunista no Brasil, Getúlio Vargas justificava um novo golpe de Estado, criando outra constituição, mais autoritária e repressiva que a de 1934 (Fausto, 2006). Assim, mais uma vez Elizabeth Cancelli (2014) traz um retrato sobre o que foi o Regime Vargas:

Desde seu início, o novo regime político instaurado por Vargas apregoou a negação de qualquer ideologia que defendesse a luta de classes. Organizou-se doutrinária e propagandisticamente e, através de uma sofisticada máquina de propaganda, convocou a população a unir-se, através da cooperação de classes, em torno da construção de uma sociedade orgânica, nova, aos moldes do que pregava o fascismo (p. 4).

Resumindo tudo que foi exposto até aqui, ao se ler *Vidas Secas*, em alguns momentos pode-se adentrar na própria experiência individual do autor, conhecendo seus sentimentos e reflexões através do relato de Fabiano durante a prisão. Esse reflexo do autor no personagem traz à tona uma conjuntura política voltada ao autoritarismo e a repressão, dentro de um contexto de combate ao avanço do comunismo no país. E ainda que Graciliano não retrate diretamente a questão no romance, é por meio da prisão injusta do personagem que se tem a possibilidade de compreender o nível de violência empregado pelo governo por meio de seus agentes, prendendo indivíduos sem acusações formais e sendo

capaz de ignorar direitos e garantias com o intuito de exercer a manutenção de seu poder.

## 5. Considerações finais

Resgatando o que foi exposto na introdução, para além da formulação de um quadro sobre o período, espera-se que o presente trabalho tenha oferecido uma nova forma tanto de se abordar a época em questão, como também a possibilidade de relacionamento da ciência política com a literatura.

Foi feita uma análise literária direcionada a elementos do texto e seu contexto, buscando na relação entre o enredo e a realidade que referenciava o universo político em que a obra estava inserida. Vale destacar que essa análise literária não pretende reduzir a obra a este universo, mas apenas evidenciando um aspecto da relação entre narrativa e contexto. Assim, é importante deixar evidente que a análise literária de *Vidas Secas* pode ir além, sendo possível explorar outros elementos do texto, bem como outras conexões com a realidade ambiente através de diferentes pontos de vista e interpretações.

Foi através do contato com o cotidiano da família que foi percebido as mazelas das relações exploratórias de trabalho no mundo rural, que na realidade ambiente se confirmavam pela resistência por parte da elite oligárquica em expandir os direitos trabalhistas para o campo. Também foi percebido o poder da religião, que estava presente mesmo em vidas tão secas de esperança e de possibilidade de emancipação, concomitante com sua influência na própria sociedade brasileira, penetrando nas diferentes camadas sociais e círculos de poder. Por fim, através da violência sofria por Fabiano, há o contato com a própria experiência de confinamento sofrida pelo autor do romance, que em um livro posterior, *Memórias do Cárcere*, buscou retratar a realidade de tantos outros que sofreram com a intensificação das perseguições após a Intentona Comunista no Norte.

Por fim, para além da análise focada na dimensão política, *Vidas Secas* traz algumas reflexões no geral, como a atitude de resiliência da família no capítulo final em não desistir de um futuro melhor, continuando a sonhar com

um mundo em que podem ser felizes. Basta, talvez, um olhar atento e a disposição do leitor para adentrar nas possibilidades e ensinamentos oferecidos pela literatura.

## 6. Referencial bibliográfico

ANDRADE, L. T. de. **Literatura e Ciências Sociais**. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 6, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20513>>. Acesso em: 04 de jan. 2025.

ALMEIDA, M. do S. P. de.; SOUZA, A. L. A de. **Análise Literária**: Uma aventura pelos labirintos do texto. Revista Científica do UniRios, v. 15 n. 30, p. 11-35, 2021.

BERCOVICI, Gilberto. **A Questão Agrária na Era Vargas (1930 - 1964)**. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, jul-dez de 2020.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Casa Civil, 1934.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 01/02/1931. Seção 1, p. 1603.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 29/03/1931. Seção 1, p. 4801.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 06/05/1931. Seção 1, p. 7191.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931. Aprova o regulamento para execução do art. 3º do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 25/08/1931. Seção 1, p. 13552.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 13/11/1944. Seção 1, p. 19250.

\_\_\_\_\_. Lei nº 38, de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 28/06/1935. Seção 1, p. 13977.

CANCELLI, E. **Entre prerrogativas e regras:** Justiça Criminal e Controle político no Regime Vargas (1930-1945). Cadernos do Tempo Presente, UFS, nº. 15, p. 02-35, mar-jun de 2014.

CANDIDO, A. **A revolução de 1930 e a cultura.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril 84.

\_\_\_\_\_. **Ficção e confissão:** ensaios sobre Graciliano Ramos. 13a. edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 12ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GALANTE, C. **Olhares Políticos e Sociais:** Graciliano Ramos e a Literatura de 1930. CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 30, n. 2. p. 69-80, ago-dez de 2016.

HOWE, I. **A Política e o Romance.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEWIS, C. S. **Como cultivar uma vida de leitura.** 1ª ed. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2020.

MALCHER, B. **O método mimesis:** Contribuições de Erich Auerbach à crítica literária. Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. 23 n. 39, jan-abril de 2019.

MENDONÇA, C. V. C de; PEREIRA, M. R. de C. S.; RODRIGUES, P. de A.; LOSS, B. Z. **Luz, escuridão e penumbra:** o Governo Vargas e a Igreja Católica. Dimensões, Espírito Santo, vol. 26, p. 277-291, 2011.

MOISÉS, M. **Criação literária:** Introdução à problemática da literatura. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere.** 52<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório ao Governo do Estado de Alagoas.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/graciliano/1930/01/11.htm>. Acesso em: 17 de fev. 2025.

\_\_\_\_\_. **Vidas Secas.** 145<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: 2019.

SAID, E. W. Introdução a Mimesis, de Erich Auerbach, in **Humanismo e crítica democrática.** Tradução Rosaura Eichengerb. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERELLE, M. **Urgência de não ficção:** enfrentamentos políticos e literários do jornalismo narrativo. Galáxia, São Paulo, v. 47, p.1-21, 2022.

ZILBERMAN, Regina. **O Brasil das ditaduras:** Graciliano Ramos, em Memórias do cárcere. Nau Literária, v. 18, n. 2, p. 1-12, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/127914>>. Acesso em: 15 de fev. 2025.